

UM ESTADO DA ARTE SOBRE VALORIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A STATE OF THE ART ON THE VALUATION OF PROFESSIONALS IN EARLY EDUCATION TEACHING


Recebido em: 27/02/2024

Aceito em: 20/05/2024

Publicado em: 20/06/2024

Emanuela Celi da Silva Ferreira¹ 

Universidade Federal de Campina Grande

Joedson Brito dos Santos² 

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo: O texto apresenta um estudo da arte sobre a valorização dos/as profissionais do magistério da Educação Infantil (EI), considerando a remuneração e carreira. O objetivo foi mapear, discutir e apresentar o que vêm sendo desenvolvido nos programas de pós-graduação, em educação no Brasil, sobre esse tema, no recorte temporal 2010 a 2022. Trata-se de um estudo de Revisão Sistemática por meio de uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, do tipo exploratório e documental. Nossa fonte de pesquisa foi o Banco de Teses e Dissertações da Capes. Foram encontrados apenas oito trabalhos: seis dissertações e duas teses. Organizamos as produções, considerando o ano de publicação, instituição vinculada, os objetivos, a metodologia e os resultados das pesquisas. Depreendemos que existem poucos estudos sobre o tema, que estes estão concentrados nas regiões sul e sudeste do Brasil. Há urgência de uma maior compreensão sobre esse campo, e necessidade de pesquisas que considerem todas as regiões do Brasil, em especial a região nordeste. Constatamos uma diferenciação na carreira do/a professor/a da EI, em relação aos demais professores da educação básica (carga horária de trabalho, composição e etc.), e uma oscilação na remuneração do/a professor/a da EI (bonificação e gratificação).

Palavras-chave: Educação Infantil; Valorização Profissional do Magistério; Carreira e Remuneração.

Abstract: The text presents an art study on the appreciation of Early Childhood Education (EI) teaching professionals, considering remuneration and career. The objective was to map, discuss and present what has been developed in postgraduate programs in education in Brazil, on this topic, in the time frame 2010 to 2022. This is a Systematic Review study using an approach qualitative and quantitative in nature, exploratory and documentary. Our research source was the Capes Theses and Dissertations Bank. Only eight works were found: six dissertations and two theses. We organize the productions, considering the year of publication, linked institution, objectives, methodology and research results. We understand that there are few studies on the topic, which are concentrated in the southern and southeastern regions of Brazil. There is an urgency for a greater understanding of this field, and a need for research that considers all regions of Brazil, especially the northeast region. We noticed a differentiation in the career of the EI teacher, in relation to other basic education teachers (work hours, composition, etc.), and a fluctuation in the remuneration of the EI teacher (bonus and gratification).

Keywords: Child education; Professional appreciation of teaching; Career and Remuneration.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: emanuela.celi@estudante.ufcg.edu.br

² Professor Adjunto da Unidade Acadêmica de Educação (UAED) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFCG). E-mail: joedson.brito@professor.ufcg.edu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo da arte sobre o tema da valorização dos/as professores/as da Educação Infantil (EI), com enfoque nos aspectos da carreira e remuneração, produzidas em teses e dissertações, no recorte temporal 2010 a 2022. O estudo está vinculado a pesquisa de dissertação intitulada “Remuneração e carreira dos/as profissionais do magistério da educação infantil da Rede Municipal de Santa Cruz do Capibaribe-PE a partir da implementação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)”, e ao projeto de pesquisa “Financiamento da Educação Infantil na Paraíba: um estudo sobre condições de oferta e perfil do investimento” em desenvolvimento no Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Práxis Educativa (GEPPE /UFCG).

Quando discutimos sobre a valorização do magistério é preciso compreender primeiro que o tema e discussão sobre a valorização dos profissionais do magistério e da educação em geral está inserida no campo das políticas de educação, e de financiamento da educação básica. Segundo que para falar de valorização, nesses termos, é preciso considerar as dimensões objetivas: regime de trabalho, piso salarial profissional, carreira docente, concurso público, formação e qualificação profissional, condições de trabalho, dentre outras, e as subjetivas, que estão relacionadas a autorrealização, ao reconhecimento social e a dignidade profissional (LEHER, 2010).

Por isso, no campo de estudo sobre as políticas de educação quando se pesquisa sobre a valorização do magistério devemos considerar pelo menos as seguintes dimensões: formação docente, inicial e continuada, a remuneração e carreira e as condições de trabalho. Esses aspectos aparecem tanto na legislação educacional, na literatura da área, como também nas trajetórias e lutas dos movimentos sociais da educação (BRASIL, 1996, 2014; MONLEVADE, 2000, AUGUSTO, 2015; FERREIRA; GUTIERRES, 2018), dentre outros.

Entretanto, ao tratarmos mais especificamente sobre o tema da valorização dos/as professores/as da EI o processo é mais complexo e merece atenção, haja vista, que historicamente, esses são as/os profissionais que recebem os salários mais baixos e têm as piores jornadas de trabalhos, possuem a menor formação, e são majoritariamente, mulheres (GATTI; BARRETO, 2009; ALVES; PINTO, 2011; SANTOS, 2020a).

Essa situação, também, encontra-se atrelada aos condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais que configuram o atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade, uma vez que, tradicionalmente, a educação para às crianças pequenas, no Brasil, não foi

assumida como prioridade (SANTOS; SOUZA JR, 2021). O Estado transferiu, sistematicamente, a responsabilidade desse atendimento para instituições comunitárias, filantrópicas, confessionais e de assistência social, bem como repassava recursos públicos para essas entidades privadas, por meio de convênios. Tal processo resultou em atendimento precário e de baixo custo, em espaços inapropriados, com profissionais que não tinham formação adequada (CAMPOS, 1992). Isso implica dizer que, a precarização no/do atendimento das crianças pequenas, pela falta de atenção do Estado brasileiro, repercute de forma direta na valorização dos/as profissionais do magistério que atuam nesse segmento.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a EI passou a ser reconhecida e afirmada como um o direito da criança e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), a EI passa a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica e os municípios são reafirmados como ente da federação responsáveis pelo provimento. Mas esse processo de institucionalização da EI não foi seguido de recursos para que os municípios pudessem garantir a oferta de vagas, processo que só vai ocorrer em 2007 com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), através da Lei nº 11.494/2007.

A criação do Fundeb (2007/2020) e inclusão da EI nessa política de financiamento, mais especificamente com a criação da Lei nº 11.738, em 2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), e a resolução nº 2/2009, que fixou as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, e o debate sobre a importância e urgência da valorização do magistério com foco na carreira tem se intensificado. Mas vale ressaltar que apesar do Fundeb destinarem a maior parte de seus recursos para a remuneração dos professores da Educação Básica, estudos como o de Davies (2008) apontam que os recursos não promoveram efetivamente melhorias salariais, visto que esses recursos foram insuficientes para alguns Estados brasileiros.

A remuneração, segundo Pereira (2010) diz respeito à totalidade de vencimentos recebida pelo trabalhador, após o cumprimento de suas obrigações. A carreira corresponde a uma forma de estímulo ao exercício do magistério, e ao mesmo tempo ao desenvolvimento acadêmico, que de acordo com Bollmann (2010) está vinculado à formação e às condições de trabalho. A remuneração e a carreira são aspectos essenciais na luta pela valorização do magistério. Valorização inscrita na CF/88, e em documentos legais como LDB/96;

Fundeb/2007; Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN/2008); Plano Nacional de Educação (PNE/2014/2024), o Fundeb Permanente /2020, dentre outros.

No que tange o PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, é importante salientar as Metas 17 e 18, que tratam tanto da equiparação dos vencimentos desses profissionais, a outros profissionais que possuem escolaridade equivalente, quando da criação de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública, tendo como referência os planos de carreira dos profissionais da educação básica pública e o PSPN (BRASIL, 2014).

De acordo com o Painel de Monitoramento do PNE, as metas 17 e 18 ainda não foram cumpridas. No que se refere a meta 17, o percentual atingido é de 82,6%. Quando analisamos o resultado da meta 18, precisamos considerar os oito indicadores. Destes apenas o indicador A, que trata do quantitativo de unidades federativas que possuem Plano de Carreira e Remuneração (PCCR) dos profissionais do magistério, conseguiu atingir a meta dos 100%. Os demais indicadores não atingiram a meta. Ao olhar para o indicador 18C, que destaca o percentual de unidades federativas que atendem ao PSPN, vimos que o percentual em 2021 era de 59,3% (BRASIL, 2021).

Compreendemos que apesar do avanço que representou/representa o PNE/2014 para a melhoria da educação, e conseqüentemente para a valorização do magistério e da qualidade de vida do/a professor/a, não foi suficiente para promover a garantia da efetivação das metas. Percebemos que para além de propor a valorização dos/as professores/as em documentos legais, é imprescindível que haja vontade política, para que as metas possam sair do papel, além de mais recursos públicos que possibilitem o cumprimento dessas ações, e também a necessidade de uma maior participação social na fiscalização dos recursos e das metas.

O resultado da não efetivação das metas 17 e 18, ratifica as pesquisas que apontam para uma desvalorização da profissão docente (CORSINO; NUNES, 2010), através de baixa remuneração, a ausência de carreira, o que se torna mais agravante, quando nos referimos aos professores/as da EI, os/as quais são os/as profissionais que historicamente não foram/vêm sendo reconhecidos socialmente, até no que concerne os demais profissionais da educação básica (SILVA; BRITO, 2017).

É importante refletirmos sobre todas essas questões para que possamos deprender todo o movimento que perpassa o tema da valorização do magistério da EI, visto que questões associadas a baixa remuneração dos/as professores/as, a não implementação de planos de cargos e carreiras e salários, pelos entes federados, mesmo após a aprovação do PSPN/2008, precisa

ser melhor investigado tendo em vista o fortalecimento do movimento em prol dos profissionais da educação infantil, e das políticas de valorização desses profissionais.

Contudo, trata-se de tema ainda pouco investigado, como constatado por Santos (2020) que num levantamento de estudo e pesquisa sobre financiamento da EI infantil nos últimos 30 anos, considerando artigos, capítulos, teses e dissertações identificou apenas 6 produções que focaram de forma mais específicas sobre esse tema. Dessa forma, o presente estudo buscou mapear, discutir e apresentar um estudo da arte sobre o tema da valorização dos/as professores/as da Educação Infantil (EI), com enfoque nos aspectos da carreira e remuneração, produzidas em teses e dissertações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho aqui proposto, caracteriza-se por uma abordagem de natureza quanti-qualitativa com pesquisa documental e exploratória. Trata-se de um estudo do tipo revisão sistemática também conhecido como Estado da Arte ou Estado do Conhecimento (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014) e tem como objetivo mapear, discutir e apresentar as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil, sobre a valorização docente dos/as professores/as da EI, a partir dos aspectos da remuneração e carreira, produzidas em teses e dissertações, no recorte temporal 2010 a 2022.

Seguimos um protocolo para o desenvolvimento da revisão considerando o problema de pesquisa, as fases do planejamento, coleta e sistematização. Tivemos como fonte de pesquisa o Banco de Teses e Dissertações da Capes e utilizamos como descritores e operadores booleanos "Educação Infantil" AND "Valorização da Remuneração e Carreira do Professor"; "valorização docente" AND "educação infantil"; "Educação infantil" AND "Políticas públicas de financiamento"; Política Educacional e a lei do piso na Educação Infantil e "Valorização docente" AND "creches".

Como critério de inclusão selecionamos os trabalhos de 2010 até 2022 que tiveram como foco explícito a valorização docente na EI. Como critérios de exclusão retiramos os trabalhos que não apresentaram no título, nas palavras chave e/ou no resumo, de maneira explícita, a valorização dos/as professores/as da EI, a partir da carreira e remuneração. Os achados dessa revisão podem ser visualizados no tópico seguinte, onde apresentamos uma síntese do quadro da pesquisa contendo: título, autor, tipo de pesquisa, ano e local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A valorização do magistério da EI precisa ser pensada/investigada a partir das condições históricas, sociais, políticas e econômicas do Estado Brasileiro. Nesse sentido, Davies (2008) destaca que o Estado brasileiro, possui características específicas, que foram sendo constituídas através de sua história e introdução na divisão internacional do capital/trabalho e poder, que são representadas pelo patrimonialismo, autoritarismo, impermeabilidade às demandas das classes populares e médias, e também de sua própria subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo como o Japão, Europa, etc. Nessa conjuntura é importante enfatizar que nunca houve um maior comprometimento do Estado brasileiro com os interesses dos trabalhadores, e após a adoção das políticas neoliberais pelo governo, a partir dos anos 90, mediante a orientação e direção de organismos como o Banco Mundial e o FMI, os direitos sociais foram sendo ainda mais subtraídos.

Assim, para compreender sobre o tema da valorização do magistério, é preciso entender que trata-se de uma questão, que é “indissociável das relações contraditórias de uma escola capitalista em que sobressaem os nexos Estado-educação e entre o trabalho docente e sua institucionalização e profissionalização” (LEHER, 2010, p. 1-2).

Através da generalização da escola pública, houve uma crescente necessidade da ampliação dos números de docentes, como servidores públicos, e a percepção desses como classe social. Esse movimento, no Brasil, ocorreu por meio de uma desumana precarização da docência. “O magistério nasce como atividade aviltada em termos de relação de trabalho, intensificação do trabalho e de sua função social e, ademais, subordinada à ingerência da Igreja” (LEHER, 2010, p. 2).

No entanto, é necessário frisar que o controle do Estado não se mantém sem gerar contradições e conflitos, pois segundo Leher (2010) essas contradições estão relacionadas as próprias expectativas sociais e econômicas dos docentes, e a própria expressão dos interesses de ascensão social pelos estudantes e por seus familiares.

Posto isto, outra questão que precisamos discutir, é a necessidade de relacionarmos a valorização docente ao significado de reconhecimento profissional. Assim é necessário que governos e sociedade em geral, compreendam o valor social que tem o trabalho do/a professor/a, para que dessa forma possam ser desenvolvidas políticas públicas que favoreçam a melhoria do trabalho e vida desses profissionais (VIEIRA, 2013). “A carreira e os salários dos docentes deveriam ser definidos em conformidade com o valor e a importância que

referidos profissionais têm na sociedade contemporânea, permitindo a eles a valorização compatível com a especificidade do trabalho docente” (MEDEIROS, 2018, p. 216).

Para promover as políticas de valorização docente, é preciso que sejam instituídos tanto os dispositivos legais, para que ocorra sua previsão, quanto a necessidade da atuação de entidades/representações de segmentos (sindicatos, professores, etc), na luta pela sua garantia, através das negociações diretas com os entes, e da participação nas conferências e educação, na implementação dos planos de educação e etc. (ARAÚJO FILHO, 2015). É preciso enfatizar a importância do movimento sindical na luta pela garantia das políticas de valorização profissional.

Assim, corroboramos com Batista (2021) quando ela afirma que a valorização do magistério está inserida em um processo histórico de lutas, através dos movimentos sociais organizados, como por exemplo o sindicato de professores, que apesar de suas contradições, são importantes representações na disputa política, pela instituição e garantia de valorização docente.

O resultado das lutas travadas pelos sindicatos e movimentos sociais, em prol da melhoria da educação e valorização do magistério, se encontram expressos na legislação, porém, pesquisas evidenciam (BASSI *et al*, 2018; CAMARGO; JACOMINI, 2018) que muitas dessas conquistas, não foram cumpridas pelos entes, ficando apenas no papel das leis. A realidade é que os/as professores/as estão vivendo uma negação de direitos, onde o PSPN não está sendo cumprido, e a carreira profissional está sendo negada.

Diante disso, realizamos uma pesquisa a fim de identificarmos os trabalhos que discutem o tema proposto, e obtemos os seguintes resultados:

Quadro 1 – Dissertações e teses sobre carreira e remuneração dos profissionais do magistério da EI.

Título	Autor	Tipo	Ano	Local*
Efeitos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB na Educação Infantil de Medianeira-Paraná	Ezequiel Lima	Dissertação	2015	UNESP
Educação Infantil não é brincadeira: Valorização da Remuneração e Carreira do Professor para a Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH) no Contexto do Financiamento Educacional (2004-2015)	Franceline Rodrigues Silva	Dissertação	2017	UEMG

Implementação do PSPN e suas relações com a qualidade da Educação Infantil: o caso de um município no interior paulista	Júlia Miranda Mano	Dissertação	2018	USP
Plano Municipal de Educação: Formação e valorização dos professores de educação infantil**	Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros	Dissertação	2018	UNESP
A Profissionalização Docente na Educação Infantil da Rede Municipal de Curitiba	Daniela Sanches Salsamendi	Dissertação	2019	UFPR
Carreira de trabalhadoras docentes da Educação Infantil e o reconhecimento social como dimensão da valorização profissional	Beatriz T. Muraski Heck	Tese	2019	UFPR
Carreira docente nas creches das redes públicas das capitais brasileiras: análise dos planos e estatutos do magistério	Ana Paula Santiago do Nascimento	Tese	2019	USP
A implementação da jornada de trabalho/atividade extraclasse na educação infantil: diálogos com as docentes do município de UMA/BA**	Sandra Silva Santos Batista	Dissertação	2021	UESC

Fonte: Elaborado pela autora. Pesquisa realizada entre os dias 01 e 02 set. 2022.

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESP; Universidade do Estado de Minas Gerais; Universidade de São Paulo-USP; Universidade Federal do Paraná; Universidade Estadual de Santa Cruz.

**Essas pesquisas foram encontradas em um segundo levantamento no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no período de 01 a 03 de novembro de 2023.

A tese intitulada “Carreira de trabalhadoras docentes da Educação Infantil e o reconhecimento social como dimensão da valorização profissional” de Beatriz T. Muraski Heck aborda sobre a questão da conformação e do funcionamento da carreira das educadoras da EI, no município de Curitiba, que não têm sua atuação regulamentada pelo Estatuto do Magistério, mas pelo o Estatuto dos Servidores Municipais, e analisa porque há duas carreiras para a atuação na educação das crianças de 0 a 5 anos, considerando a legislação vigente. A presente pesquisa constitui-se como parte de uma investigação nacional sobre “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas” do Programa Observatório da Educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados da pesquisa apontam que a carreira de educadora é resultado da hierarquização das funções do cuidar e educar, construção essa que foi sendo constituída a partir dos projetos educacionais distintos em relação aos seus objetivos para as creches e pré-escolas.

A tese de Ana Paula Santiago do Nascimento que tem como título “Carreira docente nas creches das redes públicas das capitais brasileiras: análise dos planos e estatutos do magistério” teve o intuito de analisar os planos de carreira e estatutos do Magistério vigentes em 2018, em todas as capitais do país, com o propósito de conhecer as condições a que estavam submetidas as professoras que trabalham em creches, avaliando se teriam melhorado após a implementação do Fundeb e do Piso Salarial e se estas condições eram as mesmas para todas as profissionais da rede, independentemente da etapa em que trabalhassem. Os resultados apontam que em todas as capitais investigadas houve inclusão das professoras na carreira docente, porém a pesquisa revela que existem diferenças entre as carreiras das professoras de creches e as das demais professoras das redes, quanto a carga horária de trabalho, sua composição e duração.

A dissertação “Implementação do PSPN e suas relações com a qualidade da Educação Infantil: o caso de um município no interior paulista” de Julia Miranda Mano tem como objetivo analisar a trajetória de implementação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, Lei nº11.738/2008, no contexto de um município paulista e suas relações com a qualidade da EI. Os resultados apontaram que o investimento na EI é abaixo do necessário para garantir a qualidade, e que há existência de criação de cargos paralelos para profissionais que atuam nessa etapa, sem a garantia do que determina a lei do Piso.

A pesquisa que tem por título “A Profissionalização Docente na Educação Infantil da Rede Municipal de Curitiba” de Daniela Sanches Salsamendi tem como objetivo identificar as características específicas que demarcam a composição do quadro profissional docente, com especial atenção à formação das profissionais concursadas e que trabalhavam na EI. Essa pesquisa aponta que o quadro profissional desse município era formado por duas carreiras e tinha duas possibilidades de lotação. Os resultados da pesquisa apontam para o desenvolvimento de uma etapa de EI pública fragmentada e amplamente sustentada pelas professoras de EI, que, no entanto, encontram-se subjugadas pelas políticas educacionais.

A dissertação “Efeitos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB na Educação Infantil de Medianeira-Paraná” de Ezequiel de Lima teve como objetivo analisar efeitos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na EI do município de Medianeira, no Estado do Paraná. O trabalho foi motivado pelo desejo de entender sobre a relação e a influência que existe entre as políticas públicas de financiamento da educação e os efeitos destas na educação. É uma pesquisa de abordagem qualitativa e

quantitativa, do tipo bibliográfica. Os resultados desta investigação indicam que houve uma diminuição do déficit de vagas da EI, no entanto existem muitas dificuldades referentes ainda ao cumprimento da meta 1 do PNE 2014, de matricular 50% das crianças nas creches. Questões como o aumento de gastos com a EI, criação de cargo de educador infantil com atualização e equiparação dos vencimentos aos demais professores da rede municipal, são outros desafios que o autor aponta que é preciso superar.

O trabalho de Franceline Rodrigues Silva, que teve como título “Educação Infantil não é brincadeira: Valorização da Remuneração e Carreira do Professor para a Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH) no Contexto do Financiamento Educacional (2004-2015)”, teve o propósito de analisar os avanços e retrocessos na remuneração e carreira do Professor da EI da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH) à luz do financiamento educacional, no período de 2004 a 2015. A partir das análises realizadas por Franceline foi constatado que houve um aumento do gasto aluno-ano na primeira etapa da EI e também um aumento das despesas na subfunção EI. A pesquisa evidenciou também que é no vencimento-base que se encontra uma das chaves mais importantes para a valorização remuneratória e da carreira do docente da educação infantil na RME/BH.

A dissertação de Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros, tem como título “Plano Municipal de Educação: Formação e valorização dos professores de educação infantil, e busca investigar sobre o Plano Municipal de Educação de um município do interior de São Paulo, com intuito de identificar e analisar as dificuldades que existem na implantação e funcionamento dessa política, no que se refere a formação e valorização docente, a partir da percepção dos professores de Educação Infantil, colaborando para a efetivação do documento. Os resultados encontrados apontam que os documentos públicos não estão dando a devida importância a formação e valorização docente, e que é preciso enfrentar a conformação dos professores com a situação profissional atual, para garantir condições efetivas de trabalho.

A pesquisa “A implementação da jornada de trabalho/atividade extraclasse na educação infantil: diálogos com as docentes do município de UNA/BA”, de Sandra Silva Santos Batista, tem como objetivo analisar como ocorreu a política de implementação da Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, no município de Una-BA, para a garantia da jornada de trabalho na Educação Infantil, no que se refere a atividade extraclasse, a partir da orientação, em 2016, da gestão municipal, e como foi organizado o trabalho pedagógico das docentes da Educação Infantil, a

partir dessa orientação. Os resultados da pesquisa apontam que houve um movimento nacional e local do magistério para que a política de valorização docente (lei do Piso), fosse consolidada. Foi evidenciado que durante o processo de implantação da lei do Piso, não houve a participação dos professores, assim também como não teve a participação do Conselho Municipal de Educação, para a normatização dessa lei no município investigado, o que ocasionou obstáculos para a efetivação de uma Educação Infantil de qualidade, refletindo de forma negativa na organização do trabalho pedagógico (“disciplinarização” na Educação Infantil, trabalho pedagógico por disciplina ou campos de experiências, rotinas e práticas pedagógicas fragmentadas, entre outros).

As primeiras análises indicam que existem poucas pesquisas sobre o tema da valorização dos/as profissionais da EI, voltadas aos aspectos da remuneração e carreira, o que nos permite compreender que o tema ainda não está inserido nos centros de discussões, podendo nos levar a problematizar sobre a questão. Percebemos também que as pesquisas estão concentradas nos Programas de Pós-Graduação das regiões sul e sudeste, evidenciando que existe uma preocupação maior em discutir sobre esse tema nos Estados/Regiões do Brasil considerados mais desenvolvidos. Outro ponto importante que esta revisão nos revelou é sobre a abrangência das duas teses apresentadas, já que essas pesquisas foram o resultado de investigações de âmbito nacional, anunciando que está problemática não está situada apenas em regiões específicas, revelando que o tema ainda não foi esgotado e que corrobora com nossa perspectiva de que há necessidade de se pesquisar sobre ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, ainda são poucas as pesquisas que discutem sobre a valorização dos/as profissionais do magistério da EI, tendo, com enfoque na remuneração e a carreira. No entanto, percebemos que algumas iniciativas vêm sendo feitas, principalmente, por programas de pós-graduação das regiões sul e sudeste.

As produções analisadas trouxeram reflexões sobre questões como a existência de uma diferenciação, em relação à carreira do/a professor/a da EI, e a carreira dos demais professores da educação básica (carga horária de trabalho, sua composição e a duração). No que tange a remuneração, percebemos a existência de uma oscilação na remuneração dos/as professores/as da EI, por questões que envolvem bonificação e gratificação.

As análises apontaram uma diferença entre a remuneração de professores que trabalham nessa mesma etapa de ensino, e também em relação aos professores que trabalham em etapas

diferentes. Outra questão que foi pontuada, diz respeito a necessidade de se combater a conformação da situação profissional atual dos docentes, de modo que estes possam lutar pela garantia de melhores condições de trabalho.

Nesse sentido, é preciso ressaltar a importância do sindicato dos professores, como uma organização social/política, que embora apresente contradições, tem em seu cerne a luta pela garantia da valorização do magistério. Em vista disso, para pensarmos na melhoria substancial da carreira e da remuneração dos/as docentes, é preciso que haja a participação efetiva dos trabalhadores da educação, na luta pelo reconhecimento social da profissão docente. As pesquisas analisadas contribuíram para pensar sobre o tema discutido e colaborar dessa forma para a elaboração da pesquisa de dissertação.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Panorama das políticas de educação infantil no Brasil.** – Brasília: UNESCO, 2018.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, 2011.

ARAÚJO FILHO, Heleno Manoel Gomes de. As lutas e a agenda sindical para a valorização do magistério na perspectiva da CNTE: Qual a contribuição do Novo Plano Nacional de Educação. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 575-587, set.-dez., 2015.

AUGUSTO, Maria Helena. **A valorização dos professores da educação básica e as políticas de responsabilização:** o que há de novo no Plano Nacional de Educação? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 535-552, set.-dez., 2015.

BASSI, Marcos Edgar; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; ROLIM, Rosana Maria Gemaque (Organizadores). **Remuneração de professores da educação básica pública sob a ótica dos pesquisadores e pesquisadoras em formação:** volume 3 Curitiba: Appris, 2018. 271 p.

BATISTA, Sandra Silva Santos. **A implementação da jornada de trabalho/ atividade extra-classe na educação infantil:** diálogo com as docentes do município de Una /BA. Ilhéus, BA. 2021. Dissertação(mestrado)- UESC, 2021.

BOLLMANN, Maria da Graça Nobrega. Carreira docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF; Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Lei 11.494 de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei Federal n.º 13.005, 25 de junho de 2014. Brasília: MEC. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 09 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 14.113 de 20 dez. de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea "e" do Inciso III do caput do o art.60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. [jusbrasil.com.br](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009.** Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022.

CAMARGO, Rubens Barbosa de; JACOMINI, Márcia Aparecida. **Valorização docente na Educação Básica:** Análise de planos de carreira. -1.ed.- Curitiba, Appris, 2018.

CAMPOS, Maria Malta. Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. In: **Cadernos de Pesquisas** nº 82. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, agosto de 1992, p. 5- 20.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Piso e Carreira andam juntos para valorizar os profissionais da educação básica pública.** Outubro, 2015. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/publicacoes/cartilha_piso_e_carreira_andam_juntos.pdf. Acesso em: 14 de jul. 2022.

DAVIES, Niclolas. **FUNDEB:** a Redenção da Educação Básica?Campinas, SP. Autores Associados, 2008.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Em tempos de valorização dos profissionais da

educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 16. jul.-dez. 2014.

FERREIRA, Rubens da Costa; GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. **Valorização ou mérito**: o que dizem os planos de carreira docente. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/4/3013-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em: 06 dez. 2022.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GROCHOSKA, Marcia Andréia; GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Professores e qualidade de vida: reflexões sobre valorização do magistério na educação básica**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/VGY7RvbFnGp5NPgRbfMwFsj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2022.

HECK, Beatriz Terezinha Muraski. **Carreira de trabalhadoras docentes da educação infantil e o reconhecimento social como dimensão da valorização profissional**. 2019. Tese(doutorado)- Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Curitiba, 2019.

JACOMINI, M. A.; PENNA, M. G. de O. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 177–202, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8647238> Acesso em: 10 ago. 2023.

LEHER, Roberto. Valorização do Magistério. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

LIMA, Ezequiel. **Efeitos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb na Educação Infantil de Medianeira – PARANÁ**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

LOCATELLI, Arinalda Silva; VIEIRA, Lívia Fraga. Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil: os desafios da profissionalização e da valorização docente. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 78, p. 263-281, nov.-dez. 2019.

MANO, Júlia Miranda. **Implementação do PSPN e suas relações com a qualidade da Educação Infantil**: o caso de um município no interior paulista. 2018. Dissertação(mestrado)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP. São Paulo, 2018. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2015.

MEDEIROS, Renata Maria Pontes Cabral de. **Plano Municipal de Educação: Formação e Valorização dos Professores de Educação Infantil**. 2018. Dissertação(mestrado). – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

MONLEVADE, João. **Valorização Salarial dos Professores: O Papel do Piso Salarial Profissional Nacional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica Pública.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do. **Carreira docente nas creches das redes públicas das capitais brasileiras: análise dos planos e estatutos do magistério.** 2019. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

PEREIRA, Luciano Ricardo de Magalhães. Remuneração. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli; VIEIRA, Lívia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SALSAMENDI, Daniela Sanches. **A profissionalização docente na educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Curitiba.** 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2018.

SANTOS, Joedson Brito do. **O FUNDEB e a Educação Infantil.** - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2015.

SANTOS, Joedson Brito dos. Expansão, qualidade e financiamento da educação infantil: avanços, retrocessos e desafios. **Journal of Research & Method in Education**, v 10, nov.-dec. p. 03-11. 2020.

SANTOS, Joedson Brito Dos. Um levantamento sobre a produção do conhecimento em financiamento da educação infantil. **Research, Society and Development**, v. 9, p. e92591110625, 2020.

SANTOS, J. B.. O Financiamento da educação infantil no Novo Fundeb e o enfrentamento das desigualdades no contexto pandêmico. **Revista Educação Básica em Foco**, v. 1, p. 1-6, 2020.

SANTOS, Joedson Brito dos; SOUSA JUNIOR, L. de. (2021). Os Recursos Direcionados às Crianças de 0 a 5 Anos de Idade no Contexto do Fundeb em João Pessoa/PB. **FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação**, 11. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/97498>. Acesso em: 30 jul 2023.

SILVA, Franceline Rodrigues. **Educação infantil não é brincadeira: Valorização da Remuneração e Carreira do Professor para a Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH) no Contexto do Financiamento Educacional (2004-2015),** 2017. Dissertação(mestrado) Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Franceline Rodrigues; BRITO, José Eustáquio de. Financiamento e valorização docente na educação infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 24, mai.-ago. 2017.

VIEIRA, Juçara Maria Dutra. **Piso Salarial para os Educadores Brasileiros: quem toma partido?** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

VIEIRA, L. M. F. V.; OLIVEIRA, D. A. **Pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil**: sinopse do survey nacional referente à educação infantil. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO), 2013.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan.-abr. 2014.